Janela aberta

A Alca em 12 perguntas e respostas

■ *O que é a Alca?*

Seguindo uma tendência de consolidação de blocos regionais de comércio, a Área de Livre Comércio das Américas (Alca), que abrangerá todo o continente americano, do Alasca à Terra do Fogo, surgiu na Cúpula das Américas, realizada em Miami, em 1994. Naquele encontro, os presidentes de todos os países das Américas, com exceção de Cuba, firmaram o compromisso de encerrar as negociações para a formação de uma área de livre comércio na região em 2005. Os trabalhos nesta direção continuaram em mais dois encontros ministeriais: Denver, em junho de 1995 e Cartagena, em março de 1996.

Esta nova área de livre comércio pretende ser um acordo regional de "nova geração", ou seja, não meramente um acordo de bens, mas um acordo que incorpore compromissos em áreas da agenda mais recente da Organização Mundial do Comércio (OMC), tais como serviços, investimentos, propriedade intelectual, dentre outros.

■ *Que países vão fazer parte da Alca?*

Participam das negociações para a formação da Alca 34 países: Antigua e Barbuda, Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Dominica, El Salvador, Equador, EUA, Granada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, São Vicente e Granadinas, Santa Lúcia, São Cristóvão e Nevis, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela.

■ *O que foi a Reunião Ministerial de Denver?*

A partir da Declaração de Princípios assinada em Miami, foi no encontro de Denver que começaram propriamente os trabalhos de formatação da Alca. Foram criados sete grupos de trabalho (GT), com o objetivo de examinar formas de compatibilização das políticas dos países nas áreas de: acesso a mercados; procedimentos aduaneiros e regras de origem; investimentos; normas e barreiras técnicas ao comércio; medidas sanitárias e fitossanitárias; subsídios, direitos compensatórios e *antidumping*; e economias pequenas e relativamente menos desenvolvidas. Os grupos continuam se reunindo, estando adiantados os trabalhos de levantamento e compilação de dados. Os GTs contam com o suporte técnico da Organização dos Estados Americanos (OEA), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), da ONU.

■ *O que foi a Reunião Ministerial de Cartagena?*

Na reunião de Cartagena, foram apresentados os relatos dos trabalhos dos GTs até aquele momento e foram constituídos mais quatro grupos de trabalho para estudar as seguintes questões: compras e licitações governamentais; direitos de propriedade intelectual; serviços e políticas de concorrência.

■ *O que será a Reunião Ministerial de Belo Horizonte?*

Em Belo Horizonte, deverá ser decidido onde e quando serão iniciadas as negociações propriamente ditas e qual o escopo de tal negociação, pois até o momento foram feitos apenas inventários preparatórios. Depois de duas reuniões de vice-ministros, uma em Florianópolis e outra em Recife, o debate está em torno de quatro posições apresentadas pelo Mercosul, Canadá, EUA e Caricom. As propostas divergem, especialmente quanto ao *timing* das negociações. De um lado, os EUA querem acelerar o processo, iniciando logo negociações de acesso a mercados e deixando para o final as negociações sobre retirada de subsídios agrícolas. Do outro, o Mercosul sugere uma negociação em três etapas, iniciando-se com medidas de *business facilitation* e finalizando com negociações sobre acesso a mercados.

■ *Qual a posição do Mercosul?*

O Mercosul, desde o início do processo, atuou como bloco, negociando previamente suas posições entre os quatro países-membros. Em Florianópolis, o Mercosul apresentou sua proposta de desenvolvimento por etapas, que assegure a vigência da iniciativa hemisférica e permita o progresso gradual da negociação. Todo o processo deverá se basear em sucessivos estudos do impacto causado por área hemisférica de livre comércio, nos fluxos atuais e potenciais do comércio e nos investimentos entre os países do continente, assim como na estrutura das economias nacionais.

Etapas:

a) acordos de *business facilitation* sobre matérias que tenham impacto imediato, no sentido de facilitar os fluxos comerciais no hemisfério, como por exemplo acordos sobre documentação aduaneira e/ou certificação de origem (1998/99);

b) negociação de temas onde não esteja em jogo o acesso aos mercados e suas disciplinas correspondentes, como por exemplo medidas sanitárias e fitossanitárias, normas técnicas, dentre outros (2000/2002);

c) negociações *substantivas*, escalonadas, tratando em uma primeira etapa de negociações sobre acesso a mercados de bens e, posteriormente, de temas relacionados a serviços, compras governamentais e outros (2003/2005).

■ *Qual é a posição do empresariado brasileiro em relação à Alca?*

O debate no Brasil sobre o processo de integração hemisférica é recente, não havendo ainda posições consolidadas. Este é um tema novo para os empresários brasileiros. Uma avaliação preliminar deve considerar que os interesses industriais não são uniformes. Certamente é possível identificar setores interessados em que o processo evolua em um ritmo mais acelerado, permitindo ampliar seu acesso aos mercados da região, como é o caso do setor agrícola.

Há, no entanto, um conjunto significativo de setores que enfrentam o desafio de adaptar-se ao processo de

abertura comercial, implementado no Brasil no início dos anos 90, e de consolidar suas estratégias a partir da formação do Mercosul. Há, além disso, uma série de negociações em curso no âmbito da Aladi exigindo a atenção da indústria brasileira.

O programa de estabilização da economia e o processo de abertura comercial impõem uma agenda de modernização institucional e da infra-estrutura do Brasil. Na agenda da Alca há um conjunto de temas em debate que podem contribuir de forma positiva para o processo de modernização do Brasil.

Há também um grupo de temas em debate que se referem à infra-estrutura do comércio (como por exemplo barreiras técnicas ao comércio, medidas sanitárias e fitossanitárias, procedimentos aduaneiros etc.), para os quais a harmonização das legislações e dos procedimentos poderia representar ganhos efetivos para o comércio da região.

O tema mais delicado para o Brasil é o acesso a mercados. A indústria brasileira ainda está em fase de adaptação ao processo de liberalização das importações e não tem condições de enfrentar, no curto prazo, uma nova etapa de redução da proteção. Esta é uma questão crucial para o processo de integração, que requer maior cautela por parte do Brasil.

■ *Qual a importância da participação empresarial no processo?*

No estágio atual estão sendo definidas a metodologia e a abrangência de todo o processo de integração, o que poderá acarretar significativas mudanças para os principais agentes econômicos, os empresários. Para isso, o Fórum é o ambiente propício e adequado de discussão com os demais representantes empresariais dos países das Américas. A possibilidade de encaminhamento imediato das recomendações a todos os governos é o diferencial que faz deste Fórum um encontro sem similar.

Além disso, o reconhecimento da relevância da participação do setor privado na construção da Alca e a importância dos trabalhos do Fórum foram reiterados pelos próprios governos do hemisfério, quando na Declaração Ministerial de Cartagena fizeram especial referência ao assunto, recomendando a realização de consultas entre os governos e o setor privado na preparação da Reunião Ministerial de 1997.

■ *Como foi a participação empresarial em Denver e em Cartagena (a criação do Fórum Empresarial das Américas)?*

Reconhecendo o desafio que representa a constituição desta área de livre comércio, buscou-se uma forma de participação efetiva dos empresários no processo de formação da Alca, criando-se assim, em Denver, o Fórum Empresarial das Américas. A organização do Fórum Empresarial ficou a cargo do governo norte-americano e a participação empresarial brasileira foi pequena e dispersa. A iniciativa, no entanto, foi um primeiro passo em direção à participação organizada do segmento empresarial.

O II Fórum, realizado em Cartagena, propiciou maior integração entre o setor privado e os governos dos países do hemisfério, na medida em que, ao contrário de Denver, o Fórum Empresarial antecedeu a Reunião Ministerial, o que permitiu que as recomendações dos empresários fossem formalmente entregues aos 34 ministros de Estado presentes em Cartagena. Entretanto, as agendas do Fórum Empresarial e da Reunião Ministerial foram distintas e subdivididas em áreas temáticas diferentes, o que dificultou o encaminhamento das reivindicações.

A participação brasileira no Fórum Empresarial foi coordenada pelo Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo (MICT), e participaram apenas 42 empresários brasileiros e/ou representantes de entidades de classe, que se dividiram entre os 13 *workshops* do encontro.

■ *Onde e quando será o III Encontro das Américas?*

O Brasil sediará o próximo Encontro das Américas. O III Fórum Empresarial será realizado no Palácio das Artes de Belo Horizonte, Minas Gerais, de 13 a 15 de maio de 1997, antecedendo a III Reunião Hemisférica de Ministros Responsáveis pelo Comércio, que acontecerá no dia 16 do mesmo mês.

■ *Qual a agenda do Fórum?*

A agenda é composta de uma conferência, três mesas-redondas e debates em 12 *workshops* simultâneos. A partir de observações feitas na reunião de Cartagena, procura-se manter uma certa convergência entre os temas debatidos no Fórum e aqueles que estarão sendo discutidos na Reunião Ministerial. Nesse sentido, os *workshops* podem ser classificados em dois grupos distintos. No primeiro grupo, os temas estão diretamente relacionados com os grupos de trabalho oficiais (GT): acesso a mercados; *standards* e barreiras não-tarifárias ao comércio; procedimentos aduaneiros e regras de origem; subsídios, *antidumping* e direitos compensatórios; tecnologia e propriedade intelectual; investimentos; serviços; defesa da concorrência; compras governamentais.

No segundo grupo, propõem-se temas que, embora não tenham correspondência direta com os grupos de trabalho oficiais, foram considerados de interesse empresarial: papel do setor privado; infra-estrutura (telecomunicações, energia e transportes) e desenvolvimento econômico sustentado.

A participação ativa nos *workshops* representa uma oportunidade importante para que o setor privado possa definir posições sobre temas relevantes de seu interesse e influenciar o processo de negociações. Ao final do segundo dia de trabalho, está prevista uma seção onde as conclusões dos *workshops* serão apresentadas para os ministros responsáveis por Comércio no hemisfério.

■ *Quais os* workshops *de maior interesse para o setor agrícola ?*

Tendo em vista os problemas de competição desleal que enfrenta o setor agrícola, os *workshops* de maior interesse durante o III Fórum Empresarial das Américas deverão ser: acesso a mercados; *standards* e barreiras não-tarifárias ao comércio (onde serão discutidas as medidas sanitárias e fitossanitárias muitas vezes utilizadas como barreiras ao comércio), além do *workshop* sobre subsídios, *antidumping* e medidas compensatórias.

Soraya S. Rosar é subchefe do Departamento de Comércio Exterior e Investimentos da CNI.